

Administração pública por indicadores e a concretização da Lindb

Autor(a): Vitor Soliano

Publicado em: 03 de maio de 2026

Publicação: conjur_import

Link JurisTube: <https://juristube.com.br/colunistas/vitor-soliano/administracao-publica-por-indicadores-e-a-concretizacao-da-lindb>

Fonte original:

<https://conjur.com.br/2026-mai-03/administracao-publica-por-indicadores-e-a-concretizacao-da-lindb-2>

Identificador citável: juristube.com.br/colunistas/vitor-soliano/administracao-publica-por-indicadores-e-a-concretizacao-da-lindb#ep-c6f4eade

Resumo

Indicadores bem desenvolvidos e aplicados permitem concretizar na prática os fundamentos consagrados pela Lindb

Texto integral

A gestão pública moderna demanda decisões informadas em dados, foco em resultados e responsabilidade institucional. É nesse ponto que os indicadores e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro convergem. Indicadores bem desenvolvidos e aplicados permitem concretizar na prática os fundamentos consagrados pela Lindb. Embora a Lindb não mencione expressamente a palavra “indicadores”, vários de seus dispositivos reforçam a necessidade de decisões fundamentadas em evidências e análises objetivas. A lei exige que gestores considerem as consequências práticas das decisões (artigo 22), apresentem motivação técnica (artigo 21), levem em conta as dificuldades reais da gestão (artigo 22) e garantam segurança jurídica e previsibilidade (artigo 23 etc.). Essas obrigações somente podem ser cumpridas de forma adequada com o suporte de dados e métricas confiáveis, o que torna os indicadores instrumentos praticamente indispensáveis para atender às exigências da Lindb. O papel dos indicadores na gestão pública Os indicadores ocupam uma posição central na administração pública orientada por resultados. Eles servem para orientar decisões, medir o desempenho de políticas públicas e aprimorar programas governamentais [1] . Com indicadores bem definidos, é possível traduzir problemas complexos em informações claras e comparáveis, viabilizando uma gestão baseada em evidências concretas. Para aproveitar esse potencial, é importante entender os diferentes tipos de indicadores existentes, conhecer as etapas para desenvolvê-los de forma adequada e examinar alguns exemplos práticos de como o Estado brasileiro já os utiliza. Tipos de indicadores na gestão pública Com esteio nos estudos de Bonnefoy (2005) e Jannuzzi (2005), é possível pensar em diferentes tipos de indicadores [2] : – Indicadores de insumo (input): medem os recursos empregados em determinada política ou atividade. Exemplos típicos incluem o orçamento alocado, o número de servidores ou a quantidade de insumos materiais disponibilizados. Exemplo: gasto público por aluno matriculado em uma rede de ensino (indicando quanto se investe em cada estudante); – Indicadores de processo (output operacional): avaliam as atividades ou processos executados pela administração pública. Estão ligados ao funcionamento interno e à produção operacional, sem ainda chegar ao público final.

Exemplos: número de inspeções realizadas por uma equipe de fiscalização, volume de processos e rotinas executados por um órgão. Esses números mostram o esforço empreendido pela máquina pública; – Indicadores de produto (output final): medem as entregas diretas ao cidadão, ou seja, aquilo que o governo efetivamente forneceu ou realizou em termos tangíveis. Exemplos: número de habitações populares entregues, quantidade de carteiras de identidade emitidas, número de creches construídas ou vagas criadas. Esse tipo de indicador foca no resultado imediato do trabalho governamental: a entrega concreta. Aqui ainda não se verifica mudança na condição de vida das pessoas; mede-se apenas o que foi feito. Em outras palavras, o indicador de produto responde à pergunta: o governo entregou aquilo que prometeu? – Indicadores de resultado (outcome): acompanham os efeitos diretos e de curto prazo gerados pelas entregas das políticas públicas. Ou seja, verificam o que mudou imediatamente graças à ação do governo. Exemplos: redução do tempo de espera por consultas na rede de saúde após a contratação de mais médicos; melhoria nos índices de aprendizagem dos alunos após uma intervenção educacional; diminuição da fila por vagas em creches após a construção de novas unidades. Nesses casos, o indicador de resultado mostra se a entrega produziu o efeito desejado no sistema. É ele que permite responder: a ação governamental gerou o resultado esperado? – Indicadores de impacto: avaliam as transformações de longo prazo, estruturais e muitas vezes intersetoriais, decorrentes das políticas públicas. São mudanças sociais, econômicas ou ambientais profundas e duradouras, frequentemente mensuradas em anos. Exemplos: redução da mortalidade infantil em uma região após anos de investimentos em saneamento e saúde básica; aumento da renda média ou da participação feminina no mercado de trabalho devido a políticas educacionais e de inclusão; melhoria de indicadores amplos de qualidade de vida ou redução da pobreza em decorrência de programas sociais contínuos. Os indicadores de impacto procuram capturar o que mudou na sociedade em sentido amplo por causa da política implementada. Em última análise, eles respondem a perguntas como: quais foram as transformações estruturais geradas pelas políticas públicas ao longo do tempo? Exemplos de indicadores brasileiros Muitos indicadores já fazem parte do cotidiano da administração pública brasileira, servindo de referência para alocação de recursos, avaliação de desempenho e transparência [3] . A seguir, destacamos alguns exemplos concretos de indicadores amplamente utilizados: – IGD-M – Índice de Gestão Descentralizada (Bolsa Família/CadÚnico): é um indicador oficial do governo federal, instituído no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social (Portaria MDS nº 94/2013), destinado a avaliar a qualidade da gestão municipal do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família (atual Auxílio Brasil). O IGD-M considera critérios como a atualização cadastral das famílias de baixa renda, a qualidade e completude das informações registradas no CadÚnico, o acompanhamento das condicionalidades do programa (frequência escolar das crianças, vacinação, pré-natal etc.) e a gestão eficiente dos sistemas e processos relacionados. Esse indicador é utilizado como base para o repasse de recursos federais: municípios com melhor desempenho de gestão recebem mais verbas de apoio. Na prática, o IGD-M criou um incentivo positivo para as prefeituras aprimorarem suas práticas, ao melhorar os cadastros, evitar fraudes ou dados desatualizados e cumprir as metas do programa, o município é premiado financeiramente; – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): criado em 2007, o Ideb é o principal indicador da qualidade da educação básica no país, coordenado pelo MEC/Inep. Sua metodologia combina duas dimensões: o desempenho dos alunos em avaliações nacionais de Português e Matemática (Prova Brasil/Saeb) e os dados de fluxo escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono). Cada escola, município, estado e o país como um todo recebem periodicamente uma nota Ideb, calculada a partir desses fatores. O Ideb tornou-se uma ferramenta essencial para orientar

políticas educacionais em todos os níveis de governo, estabelecendo metas de melhoria e permitindo identificar onde estão os principais gargalos do aprendizado. Também é utilizado para fundamentar repasses de recursos e programas de apoio (premiando bons resultados ou direcionando suporte extra a escolas com baixo desempenho) e serve como métrica central para monitorar as metas do Plano Nacional de Educação (PNE); e – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis): consiste em um amplo conjunto de indicadores do setor de saneamento básico, coletados e publicados anualmente sob coordenação do Ministério das Cidades. Previsto na legislação (Lei nº 11.445/2007, atualizada pelo Marco Legal do Saneamento, Lei nº 14.026/2020), ele abrange dados como: cobertura de abastecimento de água e coleta de esgoto por município, índices de perdas de água na distribuição, indicadores econômico-financeiros das companhias de saneamento (custos, tarifa média, investimentos), qualidade da água fornecida, além de informações sobre resíduos sólidos (coleta de lixo, reciclagem, disposição final). O Snis funciona como base para o planejamento de políticas públicas de saneamento em nível federal, estadual e municipal. Conclusão Indicadores bem construídos, apoiados em dados confiáveis e alinhados aos princípios da eficiência e da transparência, mostram-se essenciais para a boa gestão pública no século 21. A Lindb veio reforçar essa visão ao exigir que as decisões administrativas sejam motivadas por evidências e acompanhadas da análise de suas consequências práticas. Nesse contexto, os indicadores deixam de ser ferramentas meramente opcionais para se tornar instrumentos indispensáveis a decisões responsáveis e sustentáveis. Em última análise, uma administração por indicadores promove maior objetividade, previsibilidade e aprendizado na atuação do Estado, em benefício tanto dos gestores públicos quanto da sociedade como um todo. [1] Sobre o tema, vide: BUCCI, Maria Paula Dallari. Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas. Saraiva. 2021. [2] Vide também: BRASIL. Ministério da Economia – Indicadores: Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública. Definições de indicadores de insumo, processo, produto, resultado e impacto. 2012. [3] Com relação aos novos indicadores ESG, vide: MOREIRA, Matheus; TRISTÃO; Manuela Albertoni; e VENTURINI, Otavio Venturini. Administração por indicadores: gestão pública sustentável à luz da nova LINDB e da agenda ESG. In: OLIVEIRA, Gustavo Justino de (coord.). LINDB e Direito Público: Reflexões Sobre a lei n. 13.655/2018. Almedina. 2025.

Como citar este documento

As citações abaixo seguem os padrões ABNT NBR 6023:2018, APA 7ª edição, Chicago Author-Date (17ª ed.) e BibTeX (LaTeX). Copie o formato exigido pelo periódico ou gerenciador bibliográfico (Zotero, Mendeley, EndNote).

ABNT (NBR 6023:2018)

SOLIANO, Vitor. Administração pública por indicadores e a concretização da Lindb. conjur_import, 3 maio 2026. Disponível em:

<https://conjur.com.br/2026-mai-03/administracao-publica-por-indicadores-e-a-concretizacao-da-lindb-2>. Acesso via: JurisTube — Acervo Digital de Direito. Disponível em: <https://juristube.com.br/colonistas/vitor-soliano/administracao-publica-por-indicadores-e-a-concretizacao-da-lindb>. Acesso em: 30 set. 2026.

APA 7ª edição

Soliano, V. (2026, May 3). Administração pública por indicadores e a concretização da Lindb. *conjur_import*. <https://conjur.com.br/2026-mai-03/administracao-publica-por-indicadores-e-a-concretizacao-da-lindb-2>

Chicago Author-Date (17ª ed.)

SOLIANO, Vitor. 2026. “Administração pública por indicadores e a concretização da Lindb.” *conjur_import*, May 03. <https://conjur.com.br/2026-mai-03/administracao-publica-por-indicadores-e-a-concretizacao-da-lindb-2>

BibTeX

```
@article{vitor-soliano-administra-o-p-blica-por-indicadores-e-a-2026,  
author = {Soliano, Vitor},  
title = {Administração pública por indicadores e a concretização da Lindb},  
journal = {conjur_import},  
year = {2026},  
url = {https://conjur.com.br/2026-mai-03/administracao-publica-por-indicadores-e-a-concretiz  
acao-da-lindb-2},  
urldate = {2026-05-03}  
}
```



Licença de Uso — CC BY-NC-SA 4.0

Este conteúdo está licenciado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). O uso para fins acadêmicos e educacionais é permitido, desde que citada a fonte original (JurisTube) conforme as normas técnicas indicadas neste documento.

Termos completos:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt-br>

JurisTube — Acervo Digital de Direito

<https://juristube.com.br/colonistas/vitor-soliano/administracao-publica-por-indicadores-e-a-concretizacao-da-lindb>

PDF gerado em 2026-09-30 19:29 UTC